



Trabalhadores CMPorto

Boletim da Célula do PCP
na Câmara Municipal do Porto

Junho / 2008

EDITORIAL

A apresentação, pelo governo, de um conjunto de propostas de alteração ao Código de Trabalho, em articulação com a alteração da legislação laboral na administração pública, constitui um ataque frontal aos trabalhadores que, não sendo derrotado, significa uma profunda regressão social.

Trata-se de facilitar os despedimentos individuais, tornando precários todos os trabalhadores. Trata-se de promover a redução salarial e das remunerações. Trata-se de, a pretexto de combater a precariedade, conduzir à sua legitimação e legalização. Trata-se de promover a desregulamentação do horário de trabalho, dando mais poder às autoridades patronais.

Tais medidas agravarão todos os problemas com que o mundo do trabalho está hoje confrontado, afectarão a vida pessoal dos trabalhadores e das suas famílias, num momento de intensa subida dos preços dos bens de primeira necessidade e de acentuada degradação das condições de vida dos trabalhadores e do povo português. Estas propostas são o contrário do que o PS prometeu quando era oposição e aprofundam o caminho iniciado por Bagão Félix e pelo Governo PSD/CDS/PP. Estes partidos mal conseguem disfarçar o entusiasmo e a satisfação pela possibilidade de concretizarem (na oposição) o que não conseguiram aprovar quando estavam no governo.

Na Câmara do Porto, a orientação da actual maioria vai no sentido de criar as condições para a aplicação das medidas do governo PS. Enquanto prossegue a sua linha de privatização de equipamentos e serviços vai anunciando a redução do número de funcionários, fomenta um clima de intimidação utilizando instrumentos criados pelo Governo PS, como é o caso do SIADAP. Por outro lado, procura dividir os trabalhadores através da atribuição discricionária de prémios e da chamada distribuição de lucros (Águas do Porto), deixa degradar serviços e equipamentos (oficinas, limpeza), tenta incutir a ideia de desânimo, de que já não há nada a fazer, que não vale a pena lutar.

Mas vale a pena e é necessário continuar a lutar. Não resta outro caminho aos trabalhadores. Só a luta fará recuar e derrotar o governo PS e a Câmara PSD/PP nos seus intentos de aprovarem o maior ataque de sempre aos trabalhadores.

Por tudo isto é muito importante a participação de todos na grande manifestação de 5 de Junho em Lisboa.

Sobre o encerramento da cantina dos Paços do Concelho

Continuando a negativa onda de privatizações, a Câmara pretende entregar a privados as cantinas que gere, depois de ter encerrado a cantina dos Paços do Concelho, o que motivou fortes protestos dos trabalhadores municipais.

A Câmara diz prever a reabertura, há muito prometida, da cantina em novas instalações, mas omitindo o facto de que pretende entregar a sua gestão e exploração aos privados, o que acabará por resultar em prejuízo para os trabalhadores.

O PCP, a CDU, apoiou e estimulou a luta dos trabalhadores contra o encerramento da cantina e interveio contra a decisão na Câmara e na Assembleia Municipal, manifestando-se contra a entrega aos privados das restantes cantinas que o Município gere.

Foi importante o protesto dos trabalhadores contra o encerramento da cantina, tal como é importante continuar a luta pela sua reabertura e para impedir a privatização das restantes cantinas.

ÁGUAS DO PORTO

A Administração das Águas do Porto continua a gerir a Empresa como se de uma coutada sua (particular) se tratasse, não respeitando os trabalhadores...

Procedeu a alterações do horário de trabalho, sem acordo prévio e sem informar atempadamente os trabalhadores e sem o aval dos sindicatos.

Das 22.30h até as 7.00h a cidade está abandonada e desprotegida em caso de avaria/acidente, pois, com os novos horários, os piquetes nocturnos do serviço público acabaram para, assim, não ser pago o respectivo subsídio de turno, o que acaba por ser mais uma forma de reduzir os rendimentos dos trabalhadores e diminuir a qualidade dos serviços.

As decisões de carácter administrativo são dadas verbalmente, tendo acabado, na prática, as "ordens de serviço internas".

A política da Administração na área dos recursos humanos tem-se pautado pela criação de um clima de medo e de intimidação e pela sistemática tentativa de divisão dos trabalhadores.

Os trabalhadores da "Águas do Porto" devem manter a sua unidade, não se deixando intimidar nem irem atrás do "canto de sereia" da chamada distribuição (sem critérios) de lucros pois esta é mais uma forma de tentar dividir e tirar capacidade reivindicativa aos trabalhadores.

Só a luta e a unidade serão capazes de defender os direitos dos trabalhadores e melhorar as suas condições de vida.

SIADAP fora da lei na CMP

Coberto com a capa da excelência, o SIADAP é, na verdade, um instrumento de repressão dos trabalhadores do Estado, pois o seu objectivo é o de impedir as progressões nas carreiras e facilitar os despedimentos.

Mas, nas mãos da actual maioria camarária, o SIADAP revela-se. Seguindo a habitual apetência para se colocar fora da lei, Rui Rio, através do vereador Sampaio Pimentel, emitiu o despacho 633/RH/2007 onde estabelece um calendário para o processo que não respeita a legislação em vigor. No geral, as fases estão um mês atrasadas em relação às previstas na lei. Como exemplo, as entrevistas de avaliação deviam ter ocorrido durante o mês de Fevereiro e não até 31 de Março, como determinou a maioria PSD/CDS.

Também as respostas às reclamações das avaliações de 2006 têm um atraso inqualificável. Para o efeito, a lei determina o prazo máximo de 15 dias úteis. Em média, esse prazo já foi ultrapassado em 10 meses. Coisa pouca, pois quando vai no sentido do prejuízo dos trabalhadores, o executivo diz que os prazos são meramente indicativos.

Os trabalhadores da CMP não deixarão passar em claro as arbitrariedades que contra eles são cometidas, e no dia 5 de Junho estarão em força na grande manifestação nacional."

Maioria camarária provoca instabilidade e insegurança nas chefias...

A deficiente gestão autárquica é cada vez mais patente. De facto, sendo cada vez mais clara a divergência entre os interesses da actual maioria camarária e os do município, este imprime uma rotatividade estonteante de dirigentes, recorrendo a técnicos do sector privado ou de outras Câmaras Municipais de dimensão significativamente inferior, preterindo os técnicos desta Câmara apesar dos seus currículos serem superiores e de possuírem conhecimento aprofundado do funcionamento e necessidades dos serviços. Esta circunstância, por si só, conduz a elevada instabilidade das estruturas da autarquia e a enormes e evidentes prejuízos. A Direcção da Via Pública é um exemplo deste tipo de acção: em apenas quatro anos foram substituídos três directores.

Contudo esta política não é "inocente", antes visa manter na instabilidade e na "corda bamba" as chefias, amarrando-as aos interesses e orientações da actual maioria, quando discutíveis e erradas, utilizando-as para concretizar as medidas contra os direitos dos trabalhadores subordinados.

FICHA DE CONTACTO

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, os quais nos permitirão contactar consigo

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ tel. _____ E-mail _____

Recorte e envie para Partido Comunista Português ■ Av. Boavista, 931 - 4100 PORTO
Tels: 226095651 a 8 ■ Email: cidadedoporto@porto.pcp.pt ■ Site: www.pcp.pt

Falta de presença às reuniões da Câmara

No decorrer do actual mandato Rui Rio tem procurado transmitir a imagem de seriedade e de trabalho, ao mesmo tempo que acusa os trabalhadores de calaceiros com altas taxas de absentismo.

Só que, mais uma vez, a realidade não confirma a imagem que o Presidente da Câmara pretende dar de si, de que é exemplo recente a falta de comparencia à reunião de câmara convocada nos termos legais para discutir o encerramento da cantina dos Paços do Concelho. Não compareceu, marque-se falta!

Desumanização

A atitude deste executivo transmite-se aos dirigentes como uma doença contagiosa, extremando a insensibilidade da maioria. E os da Direcção Municipal da Via Pública fazem questão de se distinguirem pela negativa. É esta Direcção que destaca trabalhadores para o parque de estacionamento da Rua das Carvalheiras, com a missão de controlar a entrada de viaturas. E é claro que destaca trabalhadores com graves problemas de adição. "Arrum-os" num canto e espera que dêem problemas para, depois, atacar com procedimentos disciplinares e, assim, os despedir ou, simplesmente, espera que eles faleçam em condições de extrema degradação física e psíquica. Os que para ali vão passam o dia sozinhos, num local que não possui as condições mínimas nem dispõe de instalações sanitárias. Este abandono criminoso potencia, sobremaneira, as suas tendências. Esta postura inqualificável já não é nova e tem vindo a crescer.



Não a esta revisão das leis laborais!

**5 de Junho - Lisboa
Grande Manifestação Nacional da CGTP**